



OBSERVAÇÃO, CETICISMO E HISTÓRIA: O PERSONAGEM AIRES EM *ESAÚ E JACÓ* E NO *MEMORIAL*

Ana Maria Abrahão dos Santos Oliveira*

RESUMO: Este trabalho¹ tenciona estudar o modo como a ficção machadiana representa o personagem Aires em *Esaú e Jacó* (1904) e no *Memorial de Aires* (1908), enfocando como o conselheiro atua tal qual um conciliador entre as pessoas, diante de relevantes fatos históricos, a mudança do regime político e a abolição da escravatura, que fizeram surgir uma nova face do país, no século XIX, com um ceticismo disfarçado em ironia e humor, o que revela uma postura crítica contundente na escritura desses romances.

Palavras-chave: Conselheiro Aires – observação – ceticismo – ficção machadiana – história

INTRODUÇÃO

Machado de Assis é um artista singular na história da Literatura Brasileira. Sendo o nosso primeiro escritor moderno, iniciou sua vida literária no século XIX, escrevendo numa língua praticamente desconhecida do resto do mundo. Segundo o crítico norte-americano Harold Bloom, a escrita de Machado possui a “liberdade tanto em relação a suas dívidas literárias quanto a seu contexto nacional, liberdade esta que adviria da combinação precisa de ceticismo e humor” (*apud* BERNARDO, 2003: 02)

Propomo-nos a estudar aqui os dois últimos romances machadianos, *Esaú e Jacó* (1904) e *Memorial de Aires* (1908) (no primeiro há várias menções do *Memorial*). Essas narrativas encontram-se interligadas pela presença sábia e conciliadora do conselheiro José da Costa Marcondes Aires, arguto observador das sutilezas do comportamento humano e da visão social e política do país:

* Mestre em Literatura Brasileira e Teorias da Literatura pela Universidade Federal Fluminense – UFF (Niterói/RJ). Membro do Grupo de Estudos Nação-narração – UFF/ CNPq. www.uff.br/nacaonarracao abrahao-ana@ig.com.br Telefone: (24) 22635842

¹ Este artigo foi apresentado no I Seminário Machado de Assis, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, em agosto de 2008.

“ Às noites passeava pelas praias, ou pelas ruas do bairro. O mais do tempo era gasto em ler e reler, compor o *Memorial* ou rever o composto, para lembrar coisas passadas. Estas eram muitas e de feição diversa, desde a alegria até a melancolia, enterramentos e recepções diplomáticas, uma braçada de folhas secas, que lhe pareciam verdes agora.” (Machado de Assis, 2001, p. 68)

1. *ESAÚ E JACÓ*

No romance *Esaú e Jacó*, em cujo enredo dá-se a passagem da Monarquia à República, o diplomático Aires não tem uma postura clara em relação à política nacional: não é monarquista nem republicano. Não assume também a posição de narrador do romance. O leitor, logo no início da obra, depara-se com a “Advertência”², que tenciona esclarecer que a narrativa foi extraída dos papéis que Aires deixara após a sua morte:

“Quando o Conselheiro Aires faleceu, acharam-se-lhe na secretária sete cadernos manuscritos, rijamente encapados em papelão. Cada um dos primeiros seis tinha o seu número de ordem, por algarismos romanos, I, II, III, IV, V e VI, escritos a tinta encarnada. O sétimo trazia este título: Último.

A razão dessa designação especial não se compreendeu então nem depois. Sim, era o último dos cadernos, com a particularidade de ser mais grosso, não fazia parte do Memorial, diário de lembranças que o conselheiro escrevia desde há muitos anos e era matéria dos seis. Não trazia a mesma ordem das datas, com indicação da hora e do minuto, como usava neles. Era uma narrativa: e posto figure aqui o próprio Aires, com seu nome e título de conselho, e por alusão, algumas aventuras, nem assim deixava de ser a narrativa estranha à matéria de seus cadernos. Último, por quê?” (MACHADO DE ASSIS, 1999: p.90)

Dessa forma, inferimos que Aires é o autor do romance, apesar de não se colocar na posição de narrador. É o autor e o narrador. Não há na narrativa um personagem-narrador; há um personagem-autor, que não admite ser confundido com o primeiro. É nessa atmosfera de ambigüidade que se dará a disputa ardilosa entre os gêmeos Pedro e Paulo, o primeiro, monarquista; o segundo, republicano, exatamente no momento histórico de transição de um regime a outro.

Os gêmeos eram rivais em tudo, desde o ventre da mãe, Natividade, o que ela mesma já ouvira da cabocla do castelo, advinha de quem escutou a confirmação do embate que haveria entre os dois garotos. “E não foi sem grande espanto que lhe ouviu perguntar se os meninos tinham brigado antes de nascer.” (Machado de

² Essa “Advertência” não está presente em todas as edições da obra.

Assis, 2001: p.16)

É nessa expectativa do futuro dos gêmeos que surge o personagem Aires, diplomata licenciado, recém-chegado da Europa e que fora pretendente de Natividade em tempos idos. Porém, não era dado a paixões. Fora casado, mas era como se não fosse. Casou-se somente pela necessidade do ofício. Enviuvou e isso não lhe causou dor alguma porque sempre quisera mesmo era estar solteiro:

“Esse Aires que aí aparece(...) era um belo tipo de homem. Diplomata de carreira, chegara antes do Pacífico, com uma licença de seis meses.

(...)

Mas esse Aires(...) tinha nas controvérsias uma opinião dúbia ou média que pode trazer a oportunidade de uma pílula, e compunha as suas de tal jeito que o enfermo, se não sarava, não morria, e é o mais que fazem as pílulas. (...) a droga amarga engole-se com açúcar” (2001: pp.36-37)

Esse “feitio de solteirão” (2001:p.37) dava a Aires uma postura de neutralidade que fazia com que se tornasse um astuto observador dos problemas daqueles que o cercavam – em especial, aqueles que afligiam a mãe dos gêmeos – e dos acontecimentos em geral.

No início da juventude, a rivalidade doméstica dos gêmeos é transposta para o âmbito da política. Paulo já é republicano e Pedro, monarquista. Na narrativa machadiana, entretanto, não há a preocupação em fazer tomar vulto um debate, cujo tema principal seria a politização num momento de transição, mesmo de caráter duvidoso, tão importante na vida política do país; mas sim, uma banalização da rivalidade política, fazendo-se um paralelo entre o surgimento dos primeiros pêlos das barbas dos gêmeos e suas respectivas posturas em relação à mudança do regime. Nem as barbas nem os pareceres acerca da política apresentavam consistência:

“As barbas não queriam vir, por mais que chamassem o buço com o dedos, mas as opiniões políticas vinham e cresciam. Não eram propriamente opiniões, não tinham raízes grandes nem pequenas. Eram (mal comparando) gravatas de cor particular, que eles atavam ao pescoço, à espera que a cor cansasse e viesse outra. Naturalmente, cada um tinha a sua. Também se pode crer que a de cada um era, mais ou menos, adequada à pessoa. Como recebiam as mesmas aprovações e distinções nos exames, faltava-lhes matéria a invejas; e se a ambição os dividisse algum dia, não era por água nem condor, ou sequer filhote; quando muito, um ovo.” (2001: p.53)

É com escárnio e ironia que o narrador compara as opiniões políticas com a deficiência fisiológica, desqualificando assim, a maturidade dos jovens. “(...) com a

velha inveja infantil revelando robustez em detrimento da fragilidade das pretensões à maturidade e à coerência esboçadas no caráter dos dois gêmeos.” (Araújo: 1999, pp. 96-97)

Aires sempre se mostra como um conciliador, ouve pacientemente quem o interpela e dá suas respostas de forma meio indefinida, com certa ironia e, às vezes, sem nenhuma modéstia. É o que acontece no momento em que a mãe dos gêmeos o aborda na rua:

“ Ou o passado ou a pessoa [Aires, no caso] com suas maneiras discretas e espírito repousado, ou tudo isso junto, dava a sua pessoa, uma confiança que ela não achava agora em ninguém, ou acharia em poucos.

(...)

(...) contou primeiro a rivalidade dos filhos, já manifestada na política, e tratando especialmente de Paulo (...)

_ Então crê que Paulo será sempre isto?

_ Sempre não digo; mas também não digo o contrário. Baronesa, a senhora exige respostas definitivas, mas diga-me o que há de definitivo neste mundo a não ser o voltarete de seu marido?(...) só os solteirões podem avaliar as idéias das mulheres. Um viúvo sem filhos como eu, vale por dois ou três. Quanto ao jovem Paulo, não pense mais no discurso. Também eu discurssei quando rapaz. (...)

(...)

_ (...) os meus dois gêmeos não combinam em nada (...) pensei que um amigo, um homem moderado, (...) hábil, fino, cauteloso, inteligente, instruído...

_ (...) é o meu retrato em pessoa.

_ Pode corrigí-los com boas maneiras, (...)

_ (...) eu nasci para servir, ainda que inutilmente. Baronesa, o seu pedido equivale a nomear-me aio ou preceptor... (...)

_ Uma pessoa de autoridade como o senhor, pode muito.

(...)

Aires concorda rindo(...) basta saber que ele prometeu o que ela quis e também prometeu calar-se; foi a condição que a outra lhe pôs. *Tudo isso polido, sincero e incrédulo.*” (2001: pp. 75-78) grifo nosso

2. A ABOLIÇÃO E A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA EM *ESAÚ E JACÓ*

O 13 de maio de 1888 foi encarado de forma singular para os irmãos Pedro e Paulo. Os gêmeos discordavam em tudo, exceto num ponto: a libertação dos escravos. Essa concordância dava-se, é verdade, com pontos de vista diferentes. Para Pedro, era uma questão de justiça; para Paulo, um ato revolucionário. Este último chegou a concluir seu discurso, proferido em São Paulo: “A abolição é a aurora da liberdade; esperemos o sol; emancipado o preto, resta emancipar o branco” (2001: p. 74), palavras que, para sua mãe, Natividade, era certamente, uma

ameaça ao imperador e ao regime monárquico.

No que toca à mudança de regime propriamente, o narrador mostra-se mais uma vez, irônico e desprezioso, como se pode ver nos capítulos XLIX, LXIII – respectivamente intitulados, “Tabuleta velha” e “Tabuleta nova” - e nos seguintes.

O dono da “Confeitaria do Império” sente-se desorientado por ter de mudar o nome de seu estabelecimento, já que a República fora proclamada. Tinha acabado de mandar pintar a tabuleta com o nome que era uma homenagem ao governo monárquico. Temia uma retaliação por parte do novo governo e solicita um conselho de Aires:

“ _ Mas o que há? Perguntou Aires.
 _ A República já está proclamada.
 _ Já há governo?
 _ Penso que já, mas diga-me V. Ex^a: Ouviu alguém acusar-me jamais de atacar o governo? Ninguém. Entretanto... Uma fatalidade! Venha em meu socorro, Excelentíssimo.
 Aires propôs-lhe um meio termo, um título que iria com ambas as hipóteses, - 'Confeitaria do Governo'.
 _ Tanto serve para um regime como para outro.
 (...)

Aires não admirou menos a sagacidade de um homem que em meio a tantas tribulações, contava os maus frutos de um equívoco. (...) a não ser que se preferisse o seu próprio nome 'Confeitaria do Custódio' (...) Um nome, o próprio nome do dono, nada que chamasse a atenção dos dois regimes (...) as revoluções sempre trazem despesas.” (2001: pp. 121-124)

O último baile ocorrido no regime monárquico – o baile da Ilha Fiscal - também não passou incólume ao olhar atento do conselheiro. Não que se preocupasse com a conotação política de tão rico e grandioso evento. Mas, ironicamente, fala a respeito do ato de dançar ou do prazer que proporciona a dança aos olhos de quem vê, dirigindo-se especificamente às leitoras e, mais adiante, elogiando a atitude do governo que proporcionou tão requintada festa, dirigindo-se então, ao leitor em geral:

“Não envelheças, amiga minha, por mais que os anjos te convidem a deixar a primavera; quando muito, aceita o estilo. (...) Assim, dançarás sempre. (...) Foi uma bela idéia do governo, leitor. Dentro e fora, do mar e da terra, era como um sonho veneziano; toda aquela sociedade viveu algumas horas suntuosas, novas para uns, saudosas para outros, e de futuro para todos, (...) (2001: pp.92,94)

Aires não havia acreditado verdadeiramente na queda do Império. Porém, Santos, seu amigo monarquista e pai dos gêmeos, veio ratificar a notícia da

mudança do regime. O conselheiro, de maneira sutil, alega não crer em transformações profundas e chama a atenção para a atitude passiva da população que não reagiria, segundo ele, de forma contundente diante da chegada da República:

“_ É verdade conselheiro, vi descer tropas pela Rua do Ouvidor, ouvi aclamações à República. (...) É uma calamidade. Aires quis aquietar-lhe o coração. Nada mudaria, o regime sim, era possível, mas também *se muda de roupa sem trocar de pele*. (...) Aires tirou-lhe o terror da cabeça. As ocasiões fazem as revoluções. (...) Depois lembrou *a índole branda do povo. O povo mudaria de governo sem tocar nas pessoas. Haveria lances de generosidades*.”(2001: pp. 121-125) grifo nosso

Para os gêmeos Paulo e Pedro (principal foco dos olhares do conselheiro), a República representava interesses opostos: para o primeiro, era algo que satisfazia os seus anseios. Entretanto, a ironia machadiana manifesta-se claramente nos pensamentos do jovem, já que a República fora proclamada por um grupo de militares que pensavam apenas em seus próprios interesses. Não houve a participação popular. Os interesses do povo não foram levados em conta. Assim, refletia Paulo, diante da chegada do novo regime: “Como diabo é que eles fizeram pra isto, *sem que ninguém desse pela coisa?* (...)Podia ter sido mais turbulento. Conspiração houve, decerto, mas uma barricada não faria mal. Seja como for, venceu-se a campanha. (...) o regime estava podre e caiu por si”(p. 130) grifo nosso Enquanto isso, Pedro, o monarquista, enxergava o advento da República como um crime: “_ Um crime e um disparate, além de ingratitude; o imperador devia ter pegado os principais cabeças e mandá-los executar. Infelizmente, as tropas iam com eles. Mas nem tudo acabou. Isso é fogo de palha; daqui a pouco está apagado, e o que antes era, torna a ser.” (p.130)

O narrador ao referir-se ao Marechal Deodoro da Fonseca, utilizava a palavra “generalíssimo” e via a Proclamação da República como um golpe aplicado pelos militares. Escreve sobre as atitudes e reflexões da esposa de um monarquista desesperado:

“ Antes de tudo,o golpe de Estado podia ser um benefício. Serve-se muita vez a liberdade parecendo sufocá-la. Depois, era o mesmo homem que a havia proclamado que convidava agora a nação a dizer o que queria, e a emendar a constituição, salvo nas partes essenciais. *A palavra do generalíssimo,como a sua espada,bastava a defender e consumir a obra principiada.*(2001: p. 136) grifo nosso

3. O MEMORIAL DE AIRES

Como em *Esaú e Jacó*, o *Memorial* inicia-se com uma “Advertência”:

(...)

“Tratando-se agora de imprimir o *Memorial*, achou-se que a parte relativa a uns dois anos (1888-1889), se for decotada de algumas circunstâncias, anedotas, descrições e reflexões – pode dar uma narração seguida, que talvez interesse, apesar da forma de diário que tem. Não houve pachorra, nem habilidade. Vai como estava, mas desbastada e estreita, conservando só o que liga o mesmo assunto. O resto aparecerá um dia, se aparecer algum dia. M. A.”
(MACHADO DE ASSIS, 2003: p. 5)

O *Memorial de Aires* é um diário que se inicia no dia 09 de janeiro de 1888 (abrange os anos de 1888 e 1889, até o mês de agosto) quando o conselheiro, já sexagenário, havia retornado da Europa há um ano, após passar grande parte de sua vida como diplomata em vários países.

Quem redige um diário relata precisamente os diversos momentos de sua existência, volta-se sobre si mesmo quando escreve.

Segundo Rousset, as páginas de um diário são:

“(...) escritas de si para si, na clandestinidade, (...) excluem o olhar alheio (...) o que é um texto 'escrito só para si' senão um texto sem destinatário? Essa realização narcisística daria ao diário um estatuto à parte na instituição literária: discurso fechado sobre si mesmo, solilóquio sem ouvinte.”(apud Miranda, 1992, p. 34)

Entretanto Blanchot descreve o escritor moderno como alguém que sente vertigem diante da objetividade e da impessoalidade da linguagem e para quem o recurso do diário é uma “fuga” diante de tal “perigo”. O memorial seria uma inusitada objetivação ao diário, para fugir de outra estranha objetivação, a da linguagem ficcional:

“(...) a partir do momento em que a obra se converte (...) em literatura, o escritor sente cada vez mais a necessidade de manter uma relação consigo. É que ele experimenta uma repugnância extrema ao renunciar a si mesmo em proveito dessa potência neutra, sem forma, sem destino, que está por trás de tudo o que se escreve, repugnância e apreensão que se revelam na preocupação, característica de tantos autores, de redigir o que eles chamam o seu Diário. (...) O Diário não é essencialmente confissão, relato na primeira pessoa. É um Memorial (...) daí que, entretanto a verdade do Diário não esteja nas observações e comentários interessantes, de recorte literário; mas nos detalhes insignificantes que se prendem à realidade cotidiana (...).” (apud Miranda, 1992, p.34)

Esse caráter experimental da narrativa do autor que toma para si o desafio de

escrever um romance-diário, insere-se no conjunto de experiências inovadoras próprias da ficção de Machado de Assis desde *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), coma narração feita pelo “herói” morto – o “defunto-autor” -, contando suas aventuras do além-túmulo.

Logo no início do *Memorial*, Aires acompanha a irmã Rita ao cemitério para dar graças pelo regresso do conselheiro há cerca de um ano ao Brasil, o que ele achava totalmente desnecessário, mas, para não desagradá-la, concorda. Conversaram sobre os entes queridos que já se foram: o cônjuge de Rita e a esposa de Aires, que havia sido enterrada na Europa. Deparam-se com a jovem e bela viúva Fidélia, que rezava fervorosamente no túmulo do marido. Aires a observa atentamente e encanta-se por ela.

Sentindo-se atraído pela viúva, comparece às bodas de prata do casal Aguiar – pessoas amigas e agradáveis – para reencontrá-la. Descobre que Fidélia casou-se com o falecido marido, Noronha, contra a vontade dos pais de ambos, inimigos políticos. Estando o casal na Europa, morre o esposo. Ao regressar ao Brasil, o pai não a aceita e é acolhida então pelo tio, o desembargador Campos, antigo colega de faculdade de Aires e pelo casal Aguiar, que a considera como filha, na ausência de Tristão, afilhado do casal. Este havia partido para a Europa e não mantinha mais contato. “ Ao vê-la agora, não a acha menos saborosa que no cemitério (...) Parece feita ao torno, sem que esse vocábulo dê idéia de rigidez; ao contrário, é flexível. (...) tem a pele macia e clara, com uns tons rubros nas faces (...)” (Machado de Assis, 2003: p. 23)

No decorrer da narrativa, Aires observa, cético, a vida alheia, - especialmente a de Fidélia – as agruras na velhice (o que já aparece na cena do cemitério), as relações da idade madura com a juventude, a relação entre vida e morte e lança um olhar diferente, mais crítico acerca da questão da escravidão negra.

O conselheiro explica como suas leituras se anulam e se complementam concomitantemente e mais adiante, relaciona-as com o que sente por Fidélia. “Gastei o dia a folhear livros, e reli especialmente alguma coisa de Shelley e também de Thackeray. Um consolou-me do outro, este desenganou-me daquele; é assim que o engenho completa o engenho, e o espírito aprende as línguas do espírito.”(2003:p.20)

Aires procura sempre mostrar-se neutro e impassível, entretanto, deseja Fidélia, chega a desejar casar-se com ela. Para ela transfere sua impassibilidade, ao imaginá-la à luz dos versos do poeta romântico inglês Shelley, que havia relido dias antes: “ 'I can not what men call love'. Assim disse comigo em inglês, mas logo repeti em prosa nossa a confissão do poeta, com um fecho de minha composição: 'Eu não posso dar o que os homens chamam amor' ...e é pena!’” (2003: p.23)

O velho diplomata, após saber que Fidélia despertara os amores de um jovem, reflete tanto sobre o assunto que sonha que a viúva vai lhe pedir um conselho e que o aceita não mais como amigo, mas como futuro marido:

“Esta manhã como eu pensasse na pessoa que terá sido mordida

pela viúva, veio a própria viúva ter comigo, consultar-me se devia curá-la ou não (...)

_ Conselheiro, disse ela graciosa e séria, que acha que eu faça? Que case ou fique viúva?

_ Nem uma cousa nem outra.

_ Não zombe, conselheiro.

_ Não zombo, minha senhora. Viúva não lhe convém, assim tão verde; casada sim, mas com quem a não ser comigo?

_ Tinha pensado justamente no senhor.

Peguei-lhe nas mãos, e enfiámos os olhos um no outro, os meus a tal ponto que lhe rasgaram a testa, a nuca, o dorso do canapé, a parede e foram pousar no rosto do meu criado, única pessoa existente no quarto, onde eu estava na cama. Na rua apregoava a voz de quase todas as manhãs: "Vai... vassouras! vai espanadores!" (2003: pp.46-47)

Na narrativa são tecidas muitas considerações sobre a vida, especialmente no 'contraste' entre a mocidade e a velhice, como na cena em que Aires encontra-se com Fidélia e escreve no *Memorial*, palavras que ainda mostram o quão acesa está a chama do desejo que sente por ela. "Estive com ela hoje, e se não a arrebatei comigo não foi por falta de braços nem de impulsos.(...) Ao cabo eu já me vou conformando com a viuvez perpétua da dama, se não é ciúme ou a inveja de a ver casada com outro."(2003: pp.51-54)

O conselheiro observa e dialoga, na maioria das vezes, com aquele que se tornou o seu maior confidente, aquele com quem poderia exteriorizar tudo o que via e o que sentia: o papel, e como se sentia incomodado com o fato de passar alguns dias sem redigir anotação alguma:

"Fique isto confiado somente a ti, papel amigo, a quem digo tudo o que penso e tudo o que não penso.(...)

13 de julho

Sete dias sem uma nota, um fato, uma reflexão: posso dizer até oito dias, porque hoje não tenho o que apontar aqui. Escrevo isto só para não perder o costume. Não é mau escrever o que se pensa e o que se vê, e dizer isso mesmo quando não se vê nem pensa nada."

(2003: pp. 54-62)

Mais adiante, traz à luz a verdadeira significação do ato de escrever, não sem, logo depois, entrar numa atmosfera de pura hesitação: continuar ou não a escrever o *Memorial*? Entretanto, dias depois, num rompante decisivo, redige sobre a imperiosa necessidade de escrever e de refletir sobre o comportamento humano, aventurando-se também a penetrar no universo feminino, mais uma vez aludindo à figura de Fidélia:

"Estou cansado de ouvir que ela vem, mas ainda não cansei de o

escrever nestas páginas de vadição. Chamo-lhes assim para divergir de mim mesmo. Já chamei a este *Memorial* um bom costume. Ao cabo, ambas as opiniões se podem defender e, bem pensado, dão a mesma cousa. Vadição é bom costume.

(...)

Talvez seja melhor parar. Velhice quer descanso. Bastam já as cartas que escrevo em resposta e outras mais, (...)

(...)

(...) não posso interromper o *Memorial*; aqui me tenho outra vez com a pena na mão (...)

Desta vez o que me põe a pena na mão é a sombra da sombra de uma lágrima... Creio tê-la visto anteontem(...) na pálpebra de Fidélia, referindo-me eu à dissidência do pai e do marido. (...) Eu nasci com tédio aos fracos. Ao cabo as mulheres são menos fracas que os homens – ou mais pacientes, mais capazes de sofrer a dor e a adversidade...Aí está; tinha resolvido não escrever mais, e lá vai uma página com a sombra da sombra de um assunto.” (2003: pp. 65-66,73)

A certa altura da narrativa, o conselheiro dá indicações de que sua carreira diplomática nunca saiu do “gabinete” e de que nada realizou de relevante em seu ofício. O seu trabalho era “ouvir”. Ouvia com ponderação e pouco falava, tecia reflexões acerca de si mesmo e dos outros. O seu gênio “complacente” já vinha desde a infância:

“A diplomacia que exerci em minha vida era antes função decorativa que outra cousa; não fiz tratados de comércio nem de limites, não celebrei alianças de guerra; podia acomodar-se às melodias de sala ou de gabinete. Agora *vivo do que ouço aos outros*.

(...)

(...) tive de os ouvir com aquela complacência, que é uma qualidade minha e não das novas. Quase que a trouxe da escola, se não foi do berço (...) Na escola não briguei com ninguém, ouvia o mestre, ouvia os companheiros, e se alguma vez estes eram extremados e discutiam, eu fazia da minha alma um compasso, que abria a ponta aos dois extremos. Eles acabavam esmurrando-me e amando-me.

(...)

A diplomacia me ensinou a aturar com paciência uma infinidade de sujeitos intoleráveis que este mundo nutre para seus propósitos.” (2003: pp. 75-86 e 109) grifo nosso

4. O *MEMORIAL* E A ABOLIÇÃO

No *Memorial*, Aires é mais contundente no que concerne à libertação dos

negros do que em *Esau e Jacó*. E registra no dia 19 de abril de 1888:

“Venha que é tempo. Ainda me lembra que li lá fora, a nosso respeito por ocasião da famosa proclamação de Lincoln: 'Eu, Abraão Lincoln, presidente dos Estados Unidos da América...' mais de um jornal fez alusão nominal ao Brasil, dizendo que restava agora que um povo cristão e último imitasse aquele e acabasse também com seus escravos. (2003: p.41)

E no dia 13 de maio escreve com entusiasmo e até mesmo cogita a possibilidade de seguir o cortejo para ovacionar a regente. Só não o fez devido a seus hábitos “moderados” de diplomata:

“Enfim, lei. Nunca fui nem o cargo me consentia ser propagandista da abolição, mas confesso que senti grande prazer quando soube da votação final do senado e da sanção da regente. Estava na Rua do Ouvidor, onde a agitação era grande e a alegria geral.

(...)

Estive quase, quase a aceitar tal era o meu atordoamento, mas meus hábitos quietos, os costumes diplomáticos, a própria índole e a idade me retiveram melhor que as rédeas do cocheiro aos cavalos do carro e recusei. Recusei com pena.

(...)

Ainda bem que acabamos com isto. Era tempo. Embora queimemos todas as leis, decretos e avisos, não poderemos acabar com os atos particulares, escrituras e inventários, nem apagar a instituição da história, ou até da poesia.” (2003: pp. 41, 42)

As palavras de Aires em relação à Abolição fogem do seu estilo sempre comedido e diplomático. As declarações convictas do conselheiro fazem com que não parem quaisquer dúvidas quanto ao seu envolvimento emocional com a questão.

Entretanto, no dia seguinte, o conselheiro ameniza o tom emocionado de 13 de maio: “Não há alegria pública que valha uma alegria particular.” (2003: p.42) Referia-se aqui à alegria do casal Aguiar ao receber uma carta do afilhado Tristão, após longo tempo sem contato. “Eis aí como, no meio do prazer geral, pode aparecer um particular, e dominá-lo (...) Era devida a carta; como a liberdade dos escravos, ainda que tardia, chegava bem.” (2003: p.43)

Ainda acerca da Abolição, Aires reflete sobre a decisão de Fidélia sobre doar a fazenda do pai, agora falecido, aos escravos recém libertos. Ela decide sozinha, mas o faz seguindo a orientação de Tristão, com quem iria se casar. Não há uma sugestão explícita da parte dele, há sim uma insinuação, que ela acata sem questionar. E ouve da madrinha do rapaz as prováveis razões da doação da fazenda. Além disso, o narrador cria uma oportunidade para criticar uma discussão em torno

da questão literária tão em voga em nossas letras no século XIX, numa exclamação irônica:

“ O que ouvi depois é que Tristão, sabendo da resolução da viúva, formulou um plano e foi comunicar-lho. Não o fez nos termos claros e diretos, mas por insinuação. Uma vez que os libertos conservam a enxada por amor da sinhá-moça, que impedia que ela pegasse da fazenda e a desse aos seus cativos antigos? Eles que a trabalhem para si.

(...)

(...) dona Carmo (...) mo contou acrescentando:

_ Tristão é capaz da intenção e do disfarce, mas eu também acho possível que o principal motivo fosse arredar qualquer suspeita de interesse no casamento (...)

_ E andam críticos a contender sobre romantismos e naturalismos!”
(2003: pp.139-140)

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A obra machadiana captou como poucos a triste “comédia humana”, utilizando para isso, sofisticadas lições de lucidez crítica.

Todo o ceticismo encontrado em suas páginas, a partir de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, é representado de modo evasivo e bem humorado. Os narradores sabem esquivar-se das mais inusitadas situações, fugindo do assunto, utilizando do disfarce, fazendo troça, para desse modo, distrair o leitor e, muitas das vezes, conquistar-lhe a simpatia. Aparentemente aceitam sem restrições, os valores das classes dominantes; no entanto, pretendem agir como hipócritas, tencionando encenar a hipocrisia da elite, nas relações sociais com o intuito de desmascará-la. É o “narrador enganoso” (GLEDSON, 2005: p. 19), que não dá oportunidade ao leitor de questionar seu modo gentil e cortês.

Aires passou da Monarquia à República, do regime escravista à Abolição, destilando ironia e desacreditado de que haveria alguma mudança significativa no cenário sócio-político do Brasil.

As idéias liberais e modernas tão em voga na Europa do século XIX não se coadunavam com a nossa herança colonial e com a escravidão vigente no país. Como falar em Modernidade num país em que vigorava o regime escravocrata? Nas palavras de Sérgio Buarque de Holanda: “Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão de mundo, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa terra” (*apud* Schwarz, 2005: p. 61)

Como assinala Schwarz, numa arguta reflexão sobre a obra machadiana:

“(...)vimos que a sua fórmula narrativa atende meticulosamente às

questões ideológicas e artísticas do Oitocentos brasileiro, ligadas à posição periférica do país. (...) A notável independência e amplitude de Machado no trato literário com a tradição do Ocidente depende da solução justa que ele elaborou para imitar a sua experiência histórica. (...) E se uma parte dos nossos imaginou que o mais avançado e universal dos escritores brasileiros passava ao largo da iniquidade sistemática mercê da qual o país se inseria na cena contemporânea, terá sido por uma cegueira também ela histórica, parente mais ou menos longínqua da desfaçatez que Machado *imitava*.” (Schwarz, 2000: pp. 241-243) grifo do autor.

Um século depois da morte do grande escritor, as transformações sociais e políticas ainda estão longe de serem realizadas em sua plenitude. “Mudar de roupa sem mudar de pele”, como disse Aires uma vez, com relação à mudança de regime... É uma análise do poder e de seus mecanismos ideológicos e sociais, representados por meio de conselhos e registros num diário. São situações simples que podem explicar problemas complexos do país de ontem e de hoje, o que mostra a marca ética da atualidade da ficção do nosso Bruxo do Cosme Velho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Homero Vizeu. “Esaú e Jacó: irmãos quase siameses e Flora”. In: *Nonada* Porto Alegre: Revista da Faculdade de Educação, Ciências e Letras Ritter dos Reis, nº 2, pp. 90-99, 2005.

BERNARDO, Gustavo. “Conselhos do conselheiro”. In: *Revista Eletrônica Polêmica*. Rio de Janeiro: www.polemica.br, nº 10, pp. 1-10. Acesso em 20 de janeiro de 2008.

GLEDSON, John. “A narrativa”. In: GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo*. Tradução: Fernando Py. São paulo: Cia das Letras, 2005.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Esaú e Jacó*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
 _____ *Memorial de Aires* São Paulo: Martin Claret, 2003.

MIRANDA Wander Melo. “A ilusão autobiográfica”. In: MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos*. Graciliano Ramos e Silviano Santiago. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Belo Horizonte: Editora da Universidade federal de Minas Gerais, 1992.

SCHWARZ, Roberto. “As idéias fora do lugar” In: SCHWARZ, Roberto. *Cultura e política*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____ “Acumulação literária e nação periférica” In: SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4ª edição. São Paulo: Editora 34, 2000.

**OBSERVATION, SCEPTICISM AND HISTORY: THE CHARACTER AIRES
IN *ESAÚ E JACÓ* AND IN *MEMORIAL DE AIRES***

ABSTRACT: This article intends to study how Machado de Assis' fiction represents the character Aires in *Esaú e Jacó* (1904) and in *Memorial de Aires* (1908), emphasizing how the councilor is a conciliatory element between the people, in the presence of relevant historical facts, the change of political regime and the abolition of slavery, which have created a new face of the country in the nineteenth century, with a scepticism disguised in irony and humour. It reveals a critical posture in writing these novels.

Keywords: Councilor Aires – observation – scepticism – Machado de Assis' fiction - history

Recebido em 12 de junho de 2009; aprovado em 22 de julho de 2009.